

# Bancos dos EUA discordam quanto à dívida brasileira

---

REGIS NESTROVSKI  
Correspondente

---

NOVA YORK — Quando o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, desembarcar hoje nesta cidade, além da temperatura de 15 graus negativos ele vai notar uma outra diferença no clima do debate sobre a dívida externa brasileira e sobre bônus e saídas inovadoras para a dívida do Brasil e da América Latina. É um assunto polêmico e que, segundo o jornal "The Wall Street Journal" já está dividindo os bancos credores em dois grupos: o a favor e os contra. Poucos estão a favor dos bônus para o Brasil, principalmente porque o País não foi ao FMI, como o México, mas uma solução interina de momento para este ano também não pode ser descartada.

O grupo mais radicalmente contra qualquer concessão é liderado pelo Citibank, que há quase cinco anos coordena a questão da dívida externa brasileira através do Vice-Presidente William Rhodes. O Citi tem o apoio dos grandes bancos americanos ao propor uma solução ortodoxa, ou seja, o Brasil vai ao FMI e depois recebe os financiamentos para este

ano, com **spread** a ser negociado. O outro grupo favorável, no caso mexicano, era liderado pelo Morgan Bank mas isso não deverá se repetir no caso brasileiro, que deverá contar com apoio apenas de alguns bancos menores dos Estados Unidos para uma estratégia menos ortodoxa.

Fora da questão dos bônus, os bancos estão otimistas quanto a um acordo com o Brasil: têm confiança no novo Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, a quem consideram "um técnico sem o vedetismo dos últimos Ministros da Fazenda, e que por isso irá compreender mais o sistema financeiro internacional e a posição do Brasil nele".

Mas o ambiente que predomina ainda será de confusão já que, com a mudança na equipe econômica do Governo brasileiro, poucos banqueiros sabem o que Milliet pedirá na reunião de segunda-feira. O Brasil tinha terminado 1987 pagando US\$ 333 milhões de juros da dívida de médio e longo prazos, e deve pagar mais US\$ 147 milhões na segunda-feira, mas só levantaria completamente a moratória depois que os bancos concordassem com novos financiamentos para 1987, 1988 e 1989.